

Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz*

José Manuel Pureza

Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

* Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz”, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Julho 2000.

INTRODUÇÃO

Vivemos num tempo de incerteza. Não a incerteza das ansiedades milenaristas que antecipam incontáveis tragédias, mas sim a incerteza que advém de uma complexidade crescente do ambiente que nos envolve e que tornou obsoletos todos os quadros intelectuais que se arrogavam certezas inabaláveis sobre os caminhos da História. Incerteza significa, portanto, abertura e não fechamento. Na verdade, como sublinhou Richard Falk, “a actual noção de que a realização de objectivos e valores conducentes a uma governação humana está bloqueada por forças políticas e ideológicas extremamente poderosas, não deve ser convertida em resignação ou cinismo. O futuro permanece aberto a um amplo espectro de possibilidades (1999: 183).

Nesta experimentação da incerteza, estamos todos convocados a reinventar a política não mais como a arte do possível mas sim como a arte do impossível. Muitos dos acontecimentos cruciais das últimas décadas – da descolonização à solução pacífica de inúmeros conflitos, passando pelo fim da guerra fria – constituem provas irrefutáveis de que resultados desejados podem ocorrer mesmo quando todos os discursos científicos e todas as formas dominantes de nacionalidade estabelecem que jamais será assim. O impossível pode acontecer. Não por passividade expectante, mas como resultado de compromissos e lutas sérios e continuados.

Ao proclamar o ano 2000 como Ano Internacional da Cultura da Paz, pela sua Resolução 52/15, de 15 de Janeiro de 1998, e tendo então adoptado uma Declaração e um Programa de Acção sobre a Cultura da Paz, a Assembleia Geral das Nações Unidas associou-se a esta recusa de um olhar fatalista sobre o futuro. Ao declarar que a paz é sempre possível e que a violência é evitável, as Nações Unidas colocaram-se em oposição à inevitabilidade da força e da política de poder como vias únicas. E, mais ainda, sublinharam a necessidade de superar uma visão tecnocrática do desenvolvimento sustentável. Porque a sustentabilidade não se traduz na conservação do desenvolvimento nos seus fundamentos tradicionais adicionando-lhe um ligeiro tempero ambiental; a sustentabilidade envolve exigências de profundas transformações nos domínios social, económico e político que dotem os indivíduos e os grupos de uma base de confiança e optimismo para olharem o futuro.

A centralidade da cultura da paz na ordem internacional não é uma criação recente. Como lembra o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi

Annan, na sua mensagem por ocasião do lançamento do Ano Internacional da Cultura da Paz, “o principal mandato das Nações Unidas – preservar as gerações futuras do flagelo da guerra – mantém tanta validade hoje quanto no tempo em que essas palavras foram escritas, há mais de meio século”. Mas, prossegue Kofi Annan, “a verdadeira paz é muito mais do que a ausência de guerra. É um fenómeno que envolve desenvolvimento económico e justiça social. Supõe a salvaguarda do ambiente global e o decréscimo da corrida aos armamentos. Significa democracia, diversidade e dignidade; respeito pelos direitos humanos e pelo estado de direito; e mais, muito mais”. A UNESCO também herdou este entendimento da paz como processo social e pessoal, ao estabelecer na sua carta constitutiva que “dado que a guerra começa na mente dos homens, é na mente dos homens que se devem construir as defesas da paz”.

Sobre que é que assenta esta compreensão alicerçada da paz? Em meu entender, a cultura da paz supõe, mais que tudo, uma dinâmica de transformação e de conversão. O que significa que a cultura da paz comporta não apenas uma mudança no modo como a chamada “alta cultura” lida com a realidade mas, mais que isso, uma mudança na maneira como o senso comum aborda as relações sociais. É, pois, um novo senso comum (Sousa Santos, 2000) que a cultura da paz procura. Sugiro que essa mudança intelectual é a que nos conduz da repetição positivista à ruptura normativa. Analisarei muito brevemente esta dinâmica e indicarei depois alguns tópicos materiais a que se amarra, em meu entender, o novo senso comum alimentado pela cultura da paz.

O SENSO COMUM REALISTA

O velho senso comum realista foi segregado no processo de afirmação e consolidação do sistema interestatal como forma política do sistema mundial moderno. O realismo é uma expressão específica do clima cultural do positivismo científico, que bebe nele a radical contraposição entre factos e valores e atribui absoluta prioridade epistemológica aos primeiros sobre os segundos. Imperativo é, por isso, para o senso comum realista, captar as regularidades ou leis subjacentes aos factos e adoptá-las como leis segundo as quais o sistema internacional deve funcionar. A constância empírica adquire assim estatuto de verdade científica e de

dever ser (Cox, 1981; Devetak, 1995; Pureza, 1999). Foram fundamentalmente três, as representações do mundo que este senso comum empiricista sacralizou como padrões de normalidade.

A primeira é a do individualismo estatal. O senso comum realista reduz a paisagem mundial a uma vasta planície caoticamente povoada de Estados (e apenas de Estados). E a leitura que o senso comum realista faz dessa planície é fundada num contraste entre o que está dentro e o que está no exterior dos Estados. No sistema interestatal vigora o estado de natureza eterno, sem instâncias de monopolização da violência legítima (“*ni législateur, ni juge, ni gendarme*”), pelo que cada Estado zela acima de tudo pela sua segurança e sobrevivência recorrendo a todos os meios incluindo a força, desafiado que está pelo dilema de segurança em que vive a olhar suspeitosamente para os demais, como inimigos potenciais e não como parceiros possíveis.

A segunda representação do mundo entronizada pelo senso comum realista é a de que o sistema interestatal é um campo de luta pelo poder. Toda a política é *powerpolitics* e a política internacional é-o obviamente por excelência, assumindo o “interesse nacional definido em termos de poder” como referência primordial. Na síntese de René-Jean Dupuy, esta representação do campo de poder mundial assenta em três pilares essenciais: dispersão do poder, incondicionalidade do poder e violência do poder (Dupuy, 1986: 43).

Finalmente, a terceira componente do senso comum realista é a apologia do eterno presente. Na sua busca de regularidades que permitam uma interpretação da realidade internacional, o realismo olha obsessivamente para o passado, na tentativa de “aprender com a História”, demitindo-se, portanto, de pensar a transformação dessa realidade.

Este senso comum tem sido objecto de acesas críticas. Delas destacarei apenas as de carácter metodológico. A distinção entre observação objectiva e discurso normativo sobre a realidade, que preside a todo o discurso positivista, é uma construção artificial. Ora, a epistemologia das ciências sociais ensina-nos que não há factos sociais que se apresentem independentes e superiores a um desarmado e asséptico observador. Todo o trabalho de investigação em ciências sociais é trabalho de interpretação. Por isso, a escolha entre uma metodologia normativa ou uma metodologia empiricista é efectivamente uma escolha livre e conduzida por critérios não factuais, ou seja, normativos. A aversão do senso comum realista aos discursos normativos sobre a realidade é, pois, fruto muito menos de uma

imposição de salvaguarda da autonomia dessa realidade do que da vontade implícita de a manter como estrutura do sistema internacional. Nesse sentido, o senso comum realista deve ser efectivamente assumido como uma ideologia – uma ideologia conservadora, que legitima e perpetua uma determinada configuração do sistema internacional e a sua hierarquia (Pureza, 1998).

DA ETERNA REPETIÇÃO À RUPTURA NORMATIVA

As mais importantes propostas de ruptura paradigmática com este velho senso comum filiam-se na contra-cultura política que a hegemonia adquirida pelo estatocentrismo no sistema mundial moderno abafou. Uma contracultura que cultiva a tese de uma sociedade global de pessoas, para lá das fronteiras políticas dos Estados. Em Kant, o travejamento desta linha de pensamento expressa-se na convicção de que a consciencialização dos horrores da guerra fará emergir progressivamente os verdadeiros interesses da humanidade e rejeitar o sistema de divisão em Estados em que radica a origem da conflitualidade crescente. A solução do magno problema da guerra e da paz reside, pois, na superação da cultura política fragmentária por uma cultura de solidariedade humana transnacional. Correntes como a dos *estudos sobre a paz*, que tem em Johan Galtung o seu vulto de proa, vieram recuperar esta fundamentação e transformá-la em projecto de acção.

Um conceito amplo de paz

Nesse sentido, a *peace research* parte de interrogações radicais sobre as causas profundas do conflito e sobre a totalidade dos passos necessários à sua superação, incluindo as exigências de reestruturação social, seja no plano interno seja no internacional, que antecipem a ausência plena de violência directa ou indirecta. Subjaz a esta agenda de investigação **um conceito amplo de paz**. Galtung postulou-o logo em 1964: paz negativa ou ausência de guerra e paz positiva ou comunidade humana integrada e harmónica. Essa amplitude do conceito de paz vem em relação directa com a amplitude conferida pelos *peace studies* à violência: para lá da **violência pessoal ou directa**, existe a **violência estrutural**, resultante da desigualdade de poder e da injustiça social. E ainda a **violência cultural**,

aquela que se traduz no sistema de normas e comportamentos que legitimam socialmente as duas anteriores.

Mais recentemente, Galtung sintetizou a amplitude do seu conceito de paz na fórmula “Paz = paz directa + paz estrutural + paz cultural”. Fórmula que viria a desenvolver em *Peace by peaceful means*, de 1996: “A paz positiva directa consistiria na bondade física e verbal, boa para o corpo, a mente e o espírito do próprio e do outro; seria orientada para todas as necessidades básicas, a sobrevivência, o bem-estar, a liberdade e a identidade. (...)”

A paz positiva estrutural substituiria a repressão pela liberdade, e a exploração pela equidade, reforçando-as com diálogo em vez de imposição, integração em vez de segmentação, solidariedade em vez de fragmentação e participação em vez de marginalização.(...)

A paz positiva cultural substituiria a legitimação da violência pela legitimação da paz na religião, no direito e na ideologia; na linguagem; na arte e na ciência; nas escolas, universidades e media, construindo uma cultura de paz positiva.”

A abertura do conceito de paz na obra de Johan Galtung veio a ser ampliada em etapas ulteriores de desenvolvimento dos estudos sobre a paz. Assim, de acordo com a síntese de Linda Groff e Paul Smoker (1996: 103), as décadas de 70-80 assistiram à afirmação da perspectiva feminista do conceito de paz, centrada na abolição da violência praticada em microestruturas sociais como a família. Na década de 90, autores como Macy ou Dreher ensaiaram abordagens holísticas da paz, em que esta surge definida como alternativa a qualquer forma de violência, seja contra as pessoas seja contra a natureza (a chamada tese Gaia dos estudos sobre a paz). Todavia, este percurso evolutivo do conceito de paz no contexto dos estudos sobre a paz deve ser lido com alguma cautela. Vale a advertência de Galtung: “a cultura da paz não é um conjunto de representações pacíficas e não violentas da realidade. O teste de validade de uma cultura da paz faz-se no modo como ela afecta o comportamento num conflito.” Nesse sentido, Galtung defende que “a paz é a condição para transformar os conflitos de modo criativo e não-violento. (...) A paz é um contexto para uma forma construtiva de abordar um conflito (...).”

Um programa de transformação

O segundo traço de identificação dos estudos sobre a paz é a sua **dimensão prospectiva e normativa**. De facto, os estudos sobre a paz

assumem-se como estrategicamente orientados para a transformação do sistema internacional em vista do estabelecimento prático dos pressupostos de paz universal e perpétua, que servem de guia aos próprios estudos. É assumidamente uma proposta de investigação-acção, *policy oriented*. Quer dizer que, para lá da investigação empírica e da investigação crítica, Galtung e os seus seguidores cultivam a **investigação construtiva para a paz**. “Os estudos sobre a paz são tão semelhantes aos estudos sobre a saúde que o triângulo ‘diagnóstico-prognóstico-terapêutica’ pode ser-lhes aplicado”. Trata-se pois de uma proposta de trabalho teórico e prático cujo objectivo é antecipar os processos de formação de uma comunidade mundial autêntica, como condição *sine qua non* da superação da crise global e da erradicação dos potenciais de conflito que se evidenciam na sociedade internacional. Um trabalho teórico prospectivo e prescritivo: a paz global da sociedade global é um valor-guia, desde logo para a própria investigação. Mas um trabalho igualmente prático: a formulação de estratégias de concretização daqueles valores-guia é uma das etapas fundamentais da investigação.

TÓPICOS PARA UM NOVO SENSO COMUM PACIFISTA

Que vectores vem a cultura da paz fazer desenvolver no processo de construção de um novo senso comum sobre a realidade internacional? Em minha opinião, são fundamentalmente três esses vectores de transformação/conversão: o primeiro é a substituição da territorialidade pelos interesses comuns; o segundo é a substituição do etnocentrismo pelo multiculturalismo; e o terceiro é a substituição das lealdades de proximidade por uma cidadania cosmopolita.

A territorialidade é a referência maior da cultura política tradicional de Vestefália.

“Le territoire c’est le pouvoir”, eis o lema de uma forma de organização social baseada na fragmentação, na rivalidade e no adversarialismo, em que a força e a violência são aceites como modos naturais de defender os interesses e o poder individuais. Contra este senso comum tradicional, a cultura da paz insinua a centralidade das preocupações comuns, a noção de interdependência e a necessidade de parcerias activas para a gestão de bens, espaços e recursos partilhados.

A clivagem entre territórios prolonga-se na clivagem e oposição de culturas. O etnocentrismo não se funda na diferença mas sim na crença na superioridade e na dominação. Contra este senso comum tradicional, a cultura da paz insinua a centralidade do multiculturalismo, a procura de equivalentes isomórficos para os valores de cada cultura nas outras culturas, a preferência por constelações em detrimento de homogeneidades artificiais.

Enfim, a lealdade, experimentada como uma forma de pertença espiritual (ou mesmo física) a uma entidade colectiva tem constituído um elemento crucial do adversarialismo territorial e cultural. Contra este senso comum tradicional, a cultura da paz insinua a centralidade de formas cosmopolitas de cidadania, feitas de identidades múltiplas e sobrepostas e cujo símbolo maior é o que Richard Falk chamou “cidadão-peregrino” (1995: 95).

A paz só pode ser alcançada pelo comportamento quotidiano. É esta a mais importante contribuição da proclamação do ano 2000 como Ano Internacional da Cultura da Paz. Com esta iniciativa, a UNESCO e as Nações Unidas tornaram claro que a paz não é apenas uma condição política ou uma aspiração ética mas uma categoria moral e até cultural. Por isso, eu gostaria de concluir citando o antigo Director-Geral da UNESCO, Federico Mayor Zaragoza: “Para transformarmos uma cultura da guerra numa cultura da paz, temos que mudar os valores, atitudes e comportamentos do passado. Em vez do cínico provérbio ‘se queres a paz, prepara a guerra’, temos que proclamar se queres a paz, prepara-te para a paz e tenta construí-la na tua vida quotidiana”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cox, R. (1981): “Social forces, states and world orders. Beyond international relations theory”, *Millenium*, 10 (2), 126-155.

Devetak, R. (1995): “Critical theory”, in S. Burchill et al. (orgs.): *Theories of international relations*. New York: St. Martin’s Press, 145-177.

Dupuy, R.J. (1986): *La communauté internationale entre le mythe et l’histoire*. Paris, Julliard.

Falk, R. (1995): *On humane governance. Toward a new global politics*, University Park – Pennsylvania, The Pennsylvania State University Press.

Falk, R. (1999): *Predatory globalization. A critique*. Cambridge, Polity Press.

Galtung, J. (1996): *Peace by peaceful means. Peace and conflict, development and civilization*. Oslo: International Peace Research Institute.

Groff, L. e Smoker, P. (1996): "Creating global / local cultures of peace" in *From a culture of violence to a culture of peace*. Paris, UNESCO, 103-128.

Pureza, J. M. (1998): "O lugar do direito num horizonte pós-positivista", *Política Internacional*, vol. 2, n 2 18, 79-91.

Pureza, J. M. (1999): "O príncipe e o pobre. O estudo das Relações Internacionais entre a tradição e a reinvenção", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53, 363-376.

Sousa Santos, B. (2000): *Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto, Afrontamento.